



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 08/2019

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RIBEIRA DE PENA

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, no edifício Casa da Cultura - Museu Escola, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor António Augusto Alves Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Tomar conhecimento da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca das atividades do Município, bem como da situação financeira, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo um da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro;-----

Ponto dois – Tomar conhecimento da “Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de 16/09/2019 a 06/12/2019;-----

Ponto três – Tomar conhecimento dos relatórios de execução orçamental do 2º e 3º trimestres de 2019 da empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M, S.A;-----

Ponto quatro – Tomar conhecimento do plano de atividades e orçamento para 2020 da empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M, S.A;-----

Ponto cinco – Tomar conhecimento do projeto de resolução do PEV-Avaliação da aplicação da Lei nº 69/2014, de 29 de agosto sobre criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas;-----

Ponto seis – Tomar conhecimento do projeto (PEV) - Altera a Lei nº 2/2011, de 9 de fevereiro, na parte relativa à calendarização da remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos;-----

Ponto sete – Tomar conhecimento das medidas de compensação e realojamento dos proprietários dos terrenos afetados pela construção da barragem de Daivões em Ribeira de Pena-Pergunta ao Governo apresentada pelo Grupo Parlamentar (PEV);-----

Ponto oito – Tomar conhecimento do agendado para discussão do Projeto de Resolução do PEV – Reversão da privatização dos CTT – 19 de dezembro;-----

Ponto nove – Tomar conhecimento do agendado para discussão do Projeto de Resolução do PEV – Medidas para erradicar o uso de glifosato – 20 de dezembro;-----

Ponto dez – Tomar conhecimento da Moção “Clarificação dos objetivos do Centro Interpretativo do Estado Novo”, aprovada pela Assembleia Municipal de Santa Comba Dão;-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto onze – Apreciar e aprovar a proposta de Isenções e Reduções para 2020;-----

Ponto doze – Apreciar e aprovar a proposta de atribuição de apoio em espécie à Freguesia de Salvador e Santo-Aleixo de Além Tâmega;-----

Ponto treze – Apreciar e aprovar a minuta contrato-programa a celebrar com a empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA;-----

Ponto catorze – Apreciar e aprovar a proposta de designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ribeira de Pena, ao abrigo do artigo 17º, nº 1 alínea I) da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;-----

Ponto quinze – Apreciar e aprovar a proposta dos documentos previsionais para 2020;-----

Ponto dezasseis – Apreciar e aprovar a proposta de mapa de pessoal para 2020.-----

Estiveram presentes todos os membros da Assembleia, com exceção dos senhores:-----

Fernando Manuel Pereira Lourenço, com justificação de falta, tendo sido substituído pelo membro Cármen Faria Gaspar;-----

Maria Filipa de Campos Ladeiro, com justificação de falta, tendo sido convocado o membro **Daniela Maria Meneses Pinto**, que faltou, justificando a falta. -----

Esteve também presente o senhor Presidente da Câmara Municipal, João Noronha.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão cumprimentando todos os presentes.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi dada a palavra ao senhor Prof.Dr. Ramiro Gonçalves que, na qualidade de 1º Secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM), começou por cumprimentar todos os presentes. Fez o balanço das atividades desenvolvidas pela CIM nas várias áreas, durante o ano de 2019 e apresentou as atividades para o ano de 2020. Mencionou que, por força do processo de descentralização passou a CIM a ter um leque de competências mais alargado, nomeadamente a da gestão dos fundos comunitários.-----

Elogiou o Município de Ribeira de Pena pela recuperação/utilização dos fundos comunitários, pois nestes últimos anos alcançou uma taxa de execução bastante satisfatória. No entanto, ao nível empresarial, talvez por falta de capacitação suficiente das empresas, registam-se maiores dificuldades de captação de fundos. Alerta, portanto, para a necessidade de haver mais empreendedorismo, sobretudo projetos conjugados no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega porque estes, dado o seu peso e importância – no desenvolvimento de uma região - terão com certeza fortes probabilidades de virem a ser aprovados. Realçou ainda que,



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na área florestal, é objetivo para 2020, aumentar de uma para duas brigadas de intervenção empregando-se 30 trabalhadores.-----

-Usou da palavra, devidamente autorizado, o membro municipal António Carlos Pacheco Afonso para elogiar a brilhante exposição apresentada pelo representante da CIM. No que diz respeito ao pouco empreendedorismo a nível do concelho, considera que não tem havido muita divulgação e sensibilização junto de potenciais candidatos e, pergunta, se não haverá outro mecanismo mais eficaz de divulgação através, por exemplo, da Câmara Municipal junto das pessoas. Quanto a este aspeto voltou a usar da palavra o representante da CIM para dizer que possuem vários mecanismos de divulgação, inclusive, o Roadshow pelos concelhos mas que, eventualmente, isso poderá não ser suficiente.-----

- Foi dispensada a leitura da ata da sessão ordinária anterior, realizada em 30/09/2019, por ter sido entregue previamente cópia da mesma a todos os membros da Assembleia, que, depois de discutida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com os votos a favor do grupo municipal do PS e dos senhores Presidentes da Junta de Alvalá e Canedo e as abstenções de Maria Helena Rodrigues e Cármen Gaspar, por não terem participado na discussão e votação do assunto, por não terem estado presentes na referida sessão e, os votos contra, do restante grupo municipal do PSD, por considerarem ter havido uma omissão, relativamente à questão “ saneamento dos Ferreiros” levantada pelo membro municipal Carla Alexandra Costa.-----

Usaram da palavra, devidamente autorizados:-----

A - O membro municipal António Carlos Pacheco Afonso colocou as seguintes questões:-----

1 – O que pensa o senhor presidente fazer no espaço onde foi demolida a casa do Meireles, que, sempre que chove mais um pouco é preciso pedir a intervenção dos bombeiros para limpeza da via por arrastamento de terras;-----

2- Ao contrário de concelhos vizinhos aos feirantes do concelho de Ribeira de Pena não foi dada qualquer prioridade para a escolha do seu espaço na feira para o exercício da sua atividade, como aconteceu com o senhor Manuel de Cabris que foi relegado para um lugar mais afastado (junto da Casa do Povo), e que muitos feirantes vieram apenas no início para marcarem posição e depois nunca mais voltaram;-----

3 - Ponto de situação quanto ao diferendo entre a empresa e o município relativamente às obras de reabilitação da piscina municipal coberta;-----

4 – Tendo o senhor Presidente da Câmara dito há dias, que a estrada do Bacelar vai ficar parcialmente coberta pelas obras da barragem pergunta, se já existe alternativa para esta via;



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5 – Sendo certo que a aldeia de Friúme vai ser a mais prejudicada por estas obras pergunta, se já existe algum estudo/intenção da Câmara Municipal para melhorar a acessibilidade aquela aldeia;-----

6 – Que no decurso do mandato anterior foi vendido por esta Câmara Municipal um lote de terreno na zona industrial da Portela, com a promessa de que o empresário iria criar vários postos de trabalho e, até ao momento, nada disto se verificou.-----

- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:-----

1 – Não sabe que projeto existia por parte do PSD, encomendado pelo então Presidente da Câmara – Agostinho Pinto- o que se sabe é que a casa (Meireles) foi demolida. Esta Câmara Municipal mandou elaborar um projeto para aquele espaço, que irá ser lançado a concurso durante o mês de fevereiro 2020;-----

2 – Que houve reunião com todos os feirantes e estabeleceu-se um critério que foi proposto e aceite por todos, atribuindo-se, por sorteio, os vários lugares. Quanto ao feirante em causa até lhe foi dada a oportunidade de escolher outro lugar.-----

3 – Quanto ao processo que decorre em tribunal por litígio entre a Câmara Municipal e o empreiteiro relativo à obra da piscina municipal coberta a decisão está vertida na lista dos processos judiciais já trazida a esta Assembleia Municipal.-----

4 – Quanto à alternativa ao suprimimento da estrada do Bacelar, por força das obras da barragem disse que, para já, a empresa ainda não apresentou o estudo do novo traçado-----

5 – Que também considera que a aldeia de Friúme vai ser bastante prejudicada e isso tem que ser levado em conta para bem de toda aquela população. Será necessário fazer um estudo com vista ao melhoramento daquela acessibilidade.-----

6 – Quanto ao lote de terreno da zona industrial disse não saber do que falava mas, isso, era do tempo em que o senhor António Carlos Pacheco Alves fazia parte do executivo da Câmara Municipal. Interveio o membro municipal Arminda Ivone Lopes Dias para dizer que a questão era, sim, tentar saber-se o que foi feito desse lote. Respondeu o senhor Presidente da Câmara para dizer que se o senhor António Carlos Pacheco Afonso se refere ao lote que foi inicialmente adquirido pela empresa Tanagra a Câmara tem conhecimento que esse lote já não pertence á empresa e que está a ser licenciada a construção de um pavilhão nesse lote.-----

B - O membro municipal Carla Alexandra Costa solicitou esclarecimento relativamente a uma casa de habitação, sita no lugar da Cruz (Santa Marinha) que foi comprada, ainda em construção, por um casal da Ribeira de Baixo, e que, muito embora já esteja habitável há mais de um ano ainda não tem luz elétrica, supostamente por falta de resposta da Câmara



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal à EDP sobre o poste do ramal da baixada. Em resposta o membro municipal e presidente da Junta de Freguesia de Santa Marinha esclareceu, que, o verdadeiro e único problema se prende com a travessia área dos fios da baixada na estrada que liga á Sra da Guia. Ora, se a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal já haviam tomado a decisão de mandar retirar todas as travessias aéreas no percurso da procissão da festa de N^a Sra da Guia, não faria agora sentido permitir esta travessia, existindo outras alternativas para além da subterrânea. Quanto a este assunto o senhor Presidente da Câmara também quis acrescentar que esta situação nada tem a ver com o PT do loteamento da Lomba, já pago pela Câmara Municipal para alimentação exclusiva daquele loteamento. Disse ainda que soube desta situação na passada semana porque este senhor é emigrante, e que, a questão das baixadas, como se sabe, são pedidas e pagas à EDP pelos respetivos interessados.-----

C - O membro municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Canedo chamou atenção para a necessidade de: desobstrução de valetas e a reparação de alguns buracos na via desde a EM 312 até Alijó; sinalização da estrada que, com nevoeiro e chuva, fica com muito pouca visibilidade, assim como a colocação de railes de proteção, em pelo menos três pontos, que considera os mais perigosos ao longo da EM Canedo, Penalonga e Alijó. Reforçou também a sua preocupação e solicita, portanto, intervenção urgente da Câmara Municipal quanto ao ponto crítico no lugar de Penalonga, já identificado, com forte possibilidade de desmoronamento de pedras para a via pública e provocação de algum incidente mais grave. Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse que já se havia contratado empresa para executar os trabalhos de marcação da via, contudo, dado o inverno ter sido rigoroso não lhes permitiu essa intervenção. Quanto à colocação dos railes a Câmara Municipal já identificou esses pontos e, oportunamente, vai intervir noutros pontos do concelho para assim melhor se conseguir estes serviços, que, dado tratar-se de empresas especializadas não se torna fácil contratar. No que diz respeito à limpeza de bermas e pavimento com buracos, disse que é necessário conjugar esforços com a equipa de sapadores e que se aguarda, conforme prometido pelo representante da CIM, que em fevereiro seja aberto concurso para a criação de mais uma equipa de sapadores. Quanto à questão do ponto crítico em Penalonga suscetível de desabamento de terras, principalmente quando chove muito, onde aliás, há cerca de vinte anos atrás morreu já uma senhora apanhada por rebentamento de bolsa de água, é de facto uma situação que preocupa o município. A Câmara Municipal possui uma análise técnica ainda pouco desenvolvida e por isso, vai solicitar os serviços da UTAD para uma análise mais aprofundada daquele terreno.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

D - Voltou a usar da palavra o membro municipal Carla Alexandra Costa alertando para o facto de existirem, junto ao Centro de Saúde nesta Vila, algumas placas de informação que estão muito baixas constituindo perigo para quem por aí circula. Respondeu o senhor Presidente da Câmara que ia mandar averiguar.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO I - Relativamente aos assuntos tratados nos pontos um até ao dez foi previamente dado conhecimento dos mesmos.-----

O senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal questionou os presentes se seria necessário algum esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos.-----

Usou da palavra, devidamente autorizado, o membro municipal António Carlos Pacheco Afonso para dizer que, na listagem dos compromissos plurianuais se está assumir encargos com um novo projeto de remodelação do edifício dos Paços do Concelho quando na realidade já existia um no mandato anterior. Disse também estranhar que na região não houvesse alguém suficientemente capaz para elaborar este projeto que acabou por ser entregue a uma empresa de Lisboa que pertence ao engenheiro Carlos Manuel Santos Silva. Em resposta usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que existia de facto um breve estudo para a remodelação do edifício, mas que naturalmente não está de acordo com as aspirações desta Câmara Municipal, cujas alterações passam agora pela construção de ampliação do edifício. Disse que foi feita uma análise ao mercado e que a seleção da empresa cumpriu todos os procedimentos legais previstos no Código dos Contratos Públicos. Disse ainda que não conhece as pessoas de lado nenhum e que o mais importante são de facto as provas dadas de competência e qualidade de serviço. Que foi o que aconteceu com o projeto do Rio Beça que, por indicação do Presidente da Câmara de Valpaços, se escolheu uma empresa que não se conhecia de lado nenhum, mas que à partida já se sabia do seu valor. Por isso, acrescentou, que o que está subjacente a estas escolhas e outras que se seguirão (Sra da Guia e Cerva) é o reconhecimento de que se contratam os melhores, que façam a diferença. Disse ainda que, também, não podemos esquecer a prata da casa, que desenvolvem projetos interessantes, como seja o envolvente ao Centro de Saúde, entre outros. Em resposta o membro Municipal António Carlos Pacheco Afonso disse concordar que se contrate gabinete de qualidade para os projetos da Sra da Guia, rio Beça e Cerva, já quanto ao projeto da remodelação dos Paços do concelho não lhe parece haver essa necessidade.-----

PONTO XI – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA DE ISENÇÕES E REDUÇÕES PARA 2020.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com os votos favoráveis do grupo municipal do PS, dos Presidentes da Junta de Freguesia de Alvadia e Canedo e a abstenção dos restantes elementos do grupo municipal do PSD.-----

Este assunto foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos de execução imediata nos termos do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

PONTO XII – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM ESPÉCIE À FREGUESIA DE SALVADOR E SANTO ALEIXO DE ALÉM TÂMEGA.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. O senhor Presidente da Junta de Salvador e Santo Aleixo, por impedimento legal, não participou na discussão e votação deste ponto tendo-se ausentado da sala.-----

Este assunto foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos de execução imediata nos termos do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

PONTO XIII – APRECIAR E APROVAR A MINUTA CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A EMPRESA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO,EIM,SA.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com os votos favoráveis do grupo municipal do PS e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Alvadia e Canedo e a abstenção do restante grupo municipal do PSD, pelo facto de não ter sido contemplado o apoio para a realização da festa da truta de Canedo, cuja iniciativa concorre para a promoção dos produtos endógenos da região. Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que esta despesa vai passar a ser diretamente assumida pela autarquia.-----

Este assunto foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos de execução imediata nos termos do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

PONTO XIV – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA PARA A DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A CPCJ COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RIBEIRA DE PENA, AO ABRIGO DO ARTIGO 17º, Nº1 ALINEA L) DA LEI Nº 147/99, DE 1 DE SETEMBRO.-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por votação secreta, aprovar a proposta A apresentada pelo grupo municipal do PS, com 11 votos a favor, tendo a proposta – B - apresentada pelo Grupo Municipal do PSD obtido 8 votos a favor, pelo que foram designados os seguintes cidadãos eleitores: Ana Cláudia Guedes Vilela, Ana Sofia Costa Gonçalves, Maria Helena Silva Ferreira Rodrigues e Tânia Patrícia Medeiros Teixeira.-----

Este assunto foi aprovado, por unanimidade, em minuta, para efeitos de execução imediata nos termos do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

PONTO XV – APRECIAR E APROVAR A PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2020.-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com os votos favoráveis do grupo municipal do PS, dos senhores Presidentes da Junta de Alvalade e Canedo e o voto contra do restante grupo municipal do PSD, que apresentaram declaração de voto, que se transcreve:-----

“DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2020.-----

Os documentos previsionais evidenciam opções e comportamentos políticos com os quais estamos manifestamente contra. A forma como foi tratado o dossier das barragens é um exemplo de desleixo e falta de habilidade política dos executivos socialistas. Não foi por falta de aviso, nosso, porque sempre questionamos a falta de apoio à população prejudicada pelo desenvolvimento das obras ou pelas expropriações de prédios rústicos e urbanos.-----

Se bem se lembram o gabinete de apoio, aos munícipes lesados, com técnicos especializados, era o grande argumento de que não faltaria apoio a ninguém e a comissão de acompanhamento das barragens, liderada pelo atual Presidente da Câmara enquanto Presidente da Assembleia, era bandeira que todos seguiam eufóricos com o tamanho sucesso. Lembramos, aqui e agora, o que dissemos na última Assembleia Municipal de 2018, “os munícipes confiam aos eleitos a gestão dos interesses de todos e estes devem assumir claramente a defesa dos direitos dos seus concidadãos sem hesitação ou conflito de interesses como parece não ter acontecido no processo da defesa dos lesados da barragem.-----

As expropriações estão a terminar e os munícipes sentem-se abandonados por quem tem a obrigação de os defender. É certo que os lesados recebem “tostões” e a autarquia “milhões”, havendo mesmo quem suspeite sobre o paradeiro de parte desses milhões de euros.”-----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que concluímos hoje é que este executivo acordou tarde para este problema e os que estão a sofrer as consequências são novamente os lesados e expropriados das barragens.-----

Chegados aqui, concluímos que afinal o trabalho de casa nunca foi feito e, por isso, emergiram os conflitos de última hora, com o dono da obra, em substituição de uma negociação séria e atempada. Sobrou um conflito onde os lesados foram usados pela autarquia como arma de arremesso contra a Iberdrola e explorados ainda na sua humildade pela comunicação social.----

As Grandes Opções do Plano não apresentam indicações sobre o futuro do concelho em áreas que consideramos fulcrais para a qualidade de vida da população. O PSD não vislumbra qualquer aposta na atração de investimento, o apoio às instituições de solidariedade social é residual, as parcerias com as Juntas de Freguesia são tímidas, a revisão do PDM é promessa sempre adiada e a política integrada de combate à pobreza e à exclusão social está encalhada.- Por desencahar continuam as obras repetentes e prometidas a cada ano que passa, como a Ponte no rio Louredo, a requalificação da Piscina Municipal coberta, o arranjo urbanístico na sede do concelho, o parque de lazer do rio Beça, e a ligação da EM 312 de Cerva a Asnela, entre outras.-----

Uma verdadeira vergonha é o investimento feito pela autarquia na reabilitação de habitações de famílias carenciadas. Até outubro de 2019 a autarquia investiu 600 euros.-----

Esta proposta de orçamento, não passa pela diminuição das despesas com pessoal, porque após a integração dos precários são contratados dezenas de novos colaboradores como prestadores de serviços. Em 2020 este executivo propõe-se gastar mais 211.680,00€ (duzentos e onze mil, seiscentos e oitenta euros) do que em 2019.-----

A dívida só de empréstimos a instituições bancárias é assustadora e em 31 de dezembro de 2020 será de 4 825 736,57€. Os encargos com esta dívida já ultrapassam os 50 mil euros mensais.-----

Este executivo municipal não trata todas as instituições por igual, a Santa Casa de Misericórdia de Ribeira de Pena é pelo sexto ano consecutivo esquecida. Deviam-se lembrar que lá trabalha um número significativo de munícipes que têm as suas vidas do avesso unicamente pela existência de um conflito sem sentido. As autarquias não podem viver de costas voltadas para as instituições que mais trabalham para os carenciados e desprotegidos do concelho.-----

Temos sérias dúvidas que os recursos humanos estejam a ser bem geridos, estes continuam a não ser avaliados atempadamente e a serem desaproveitados e desmotivados. Afinal os maus hábitos dos mandatos socialistas anteriores vieram para ficar já que os funcionários continuam



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ser mudados de serviço por inconfessáveis motivos. O que é certo é que, alguns deles, não têm serviço distribuído!-----

São estas as nossas principais razões para votar contra os documentos previsionais que salvaguardam o princípio da igualdade e hipotecam fortemente o futuro de “todos”.-----

Ribeira de Pena, 30 de dezembro de 2019.-----

- Usou da palavra, devidamente autorizada, o membro municipal Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues que se regozija com a introdução no orçamento de verba para a construção da nova ponte de Casas Novas em Cerva, tão esperada pela população de Cerva e Agunchos. Era uma promessa que já vinha de mandatos anteriores na qual, muitos Cervenses, já nem acreditavam na sua realização. Trata-se de uma ligação muito importante entre Cerva/Agunchos/Formoselos que vai proporcionar, com certeza, alterações substanciais de comodidade às pessoas. Considera ainda que esta obra será uma mais-valia para a Vila de Cerva, que lhe trará de volta uma nova dinâmica ao seu comércio local, já que, muitas pessoas de Agunchos e Formoselos, dadas as deficientes acessibilidades existentes, procuravam outros locais de comércio e serviços, como Arco de Baulhe e Cabeceiras de Basto.-----

Aproveitou ainda a oportunidade para dizer que, por uma questão de precaução, seria bom mandar avaliar a segurança daquele pontão de Casas Novas, tendo em conta o aumento substancial do caudal do rio, pela precipitação das chuvas que se fizeram sentir na região.-----

- Voltou a usar da palavra o membro António Carlos Pacheco Afonso e disse que, dado o orçamento ser financiado pela Iberdrola em 5 milhões de euros e, muito embora se trate de documentos provisionais, ainda não definitivos portanto, gostaria de saber quais as obras incluídas no plano e acordadas que vão ter apoio e quanto, por parte desta empresa. Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que muitas destas obras mencionadas nos documentos vão ter apoio da Iberdrola: umas a 100%, como é o caso das infraestruturas do loteamento das Boucinhas, a obra da Sra da Guia e os projetos de fauna e flora e, outras, com a assunção do diferencial entre o apoio comunitário e o valor da obra: como a urbanização da sede do concelho e a construção do mini-lar de Santa Marinha, entre outros.-----

Disse também, o senhor presidente da Câmara, achar estranho que os senhores deputados da Assembleia Municipal do PSD tenham votado diferente dos vereadores do mesmo partido na Câmara Municipal, que se abstiveram. Considera que este orçamento, no valor de 22 milhões de euros é muito superior ao de outros concelhos vizinhos e será sem dúvida o orçamento mais ambicioso dos últimos tempos. Estranha, também, que incluam neste ponto o assunto da barragem. Considera que, o senhor membro municipal, António Carlos Pacheco Afonso, na



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

altura vereador no mandato 2013-2017, portanto já com o processo das expropriações em curso, não tenha evidenciado a sua preocupação quanto a este assunto, e esteja agora muito preocupado com a situação quando felizmente a questão dos desalojados está resolvida. A insinuação de atribuição de responsabilidades á minha pessoa quando estava à frente da comissão de acompanhamento, da qual faziam também parte membros em representação do PSD, não faz qualquer sentido, se considerarmos o período em que a comissão de acompanhamento das barragens esteve em funções, isto é de junho 2017 a setembro 2017 e, ainda, as eleições autárquicas em que todos estávamos envolvidos. Até porque as expropriações foram decorrendo normalmente com os particulares: uns aceitaram desde logo as indemnizações propostas que receberam e trataram de arranjar logo alternativa, comprando casa, e outros a recusarem. Só em fevereiro/março de 2018, uma das pessoas lesadas, naturalmente descontente, trouxe à Câmara Municipal a carta de quanto ia receber de indemnização, valor esse que a Câmara também considerou de facto insuficiente - até aí a Câmara Municipal não tinha qualquer informação do valor das indemnizações que a empresa estava a pagar aos desalojados da barragem. A partir de uma reunião realizada em Vidago (outubro de 2018) é que nos foi entregue uma listagem de todos os desalojados com os valores que cada um iria receber. Assim, foram efetuadas várias reuniões com a Iberdrola e os municípios alvos deste processo, para se chegar a um entendimento de desbloqueio da situação das pessoas desalojadas. Foram negociações infrutíferas, de diálogo azedo, reunião após reunião. Os vários concelhos tinham prioridades diferentes, mas a nossa prioridade máxima era resolver o problema das pessoas, garantindo as verbas necessárias para o realojamento. Em setembro de 2019 entrou-se em rotura total com a empresa. Por último, o senhor Presidente da Câmara disse que, neste processo, sempre esteve empenhado em encontrar a melhor solução para os desalojados da barragem, para que, pelo menos, não saíssem prejudicados, de modo a que o valor da indemnização lhes desse para uma outra habitação equivalente. Isso, julga, que foi alcançado, e o contentamento das pessoas acabou por ficar bem evidente, onde muitas até já nem contavam com qualquer suplemento. Foi de facto uma batalha que se travou entre o município e a Iberdrola, mas que valeu a pena e o resultado final alcançado deixou-o muito satisfeito.-----

Usou de novo a palavra, o membro municipal António Carlos Pacheco Afonso para dizer que, já à um ano nesta Assembleia havia deixado o alerta, de que haveria de chegar o momento para a construção de novas casas aos desalojados da barragem sem que o respetivo terreno estivesse devidamente infraestruturado, e que foram colocados à pressa pela Iberdrola, os



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contentores, para acolher os desalojados. Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que esta alternativa para o alojamento das pessoas nunca teve a anuência da Câmara Municipal.-----

-Interveio o membro municipal Carla Costa para dizer que estava retratado na ata aquilo que o senhor presidente da Câmara disse que iriam ser disponibilizados contentores para alojamento dos desalojados. Que foi preciso deixar passar dois anos, desde o início do mandato, para que a Câmara Municipal agisse de uma forma radical e, precisamente a partir do momento em que surgiu a contestação de alternativa de alojamento nos contentores. De qualquer forma e, a partir daí, louva o empenho da autarquia e do senhor Presidente da Câmara que conseguiu finalmente um acordo entre as partes, de modo a compensar-se os desalojados da barragem.-- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei.- -----

O Presidente da Assembleia Municipal

António Rodrigues

A Secretária

Maria Georgina Vilela, Prof^a